

**NA ENCRUZILHADA DA CARNE E DO VENTO: Pomba Gira,
memória negra e os ecos de um passado que não passa**
**AT THE CROSSROADS OF FLESH AND WIND: Pomba Gira, black
memory and the echoes of a past that doesn't go away**

Clodoaldo Matias da Silva¹

Denison Melo de Aguiar²

RESUMO: A pesquisa investiga como a figura de Pomba Gira, inscrita nas performances de rua e de terreiro, questiona o paradigma antropocêntrico da historiografia moderna. Define-se como objetivo analisar a emergência de epistemologias corporais, multiespécies e sensoriais que contestam pactos de exclusão racial e de gênero. Adota-se metodologia qualitativa, combinando análise documental de diários rituais, registros sonoros, mapeamentos olfativos e observação participante em cultos afro-diaspóricos, articulada à leitura crítica de relatos oficiais e iconografia escolar. O procedimento relaciona dados sensoriais a lacunas arquivísticas, permitindo comparar temporalidades lineares e circulares. A investigação identifica que o corpo, o vento, o perfume e o ritmo atuam como arquivos vivos que deslocam hierarquias ontológicas, exigindo ética multiespécie e revisão dos critérios de prova histórica. Conclui-se preliminarmente que a historiografia encantada, centrada na encruzilhada, oferece modelo analítico capaz de integrar humanos, territórios e agências invisíveis, propondo diretrizes curriculares sensíveis às memórias sensoriais das comunidades pesquisadas.

Palavras-chave: Arquivo vivo. Corporeidade. Encruzilhada. Historiografia multiespécie. Pomba Gira.

ABSTRACT: The study investigates how the figure of Pomba Gira, inscribed in street and terreiro performances, challenges the anthropocentric paradigm of modern historiography. Its objective is to analyse the emergence of bodily, multispecies and sensory epistemologies that contest racial and gender exclusionary frameworks. A qualitative methodology is adopted, combining documentary analysis of ritual diaries, sound recordings, olfactory mappings and participant observation in Afro-diasporic worship, articulated with a critical reading of official reports and school iconography. The procedure relates sensory data to archival gaps, enabling a comparison between linear and circular temporalities. The findings indicate that body, wind, scent and rhythm operate as living archives that displace ontological hierarchies, demanding a multispecies ethic and a revision of the criteria of historical evidence. It is preliminarily concluded that an enchanted historiography, centred on the crossroads, provides an analytical model capable of integrating humans, territories and invisible agencies, while proposing curricular guidelines sensitive to the sensory memories of the communities studied.

¹ Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Especialista em Ensino de Filosofia, Sociologia e História; Neuropsicopedagogia e Psicanálise Clínica; Psicanálise, Psicoterapia e Psicopatologia do Adolescente; e, Cultura Indígena e Afro-brasileira pela Faculdade do Leste Mineiro - FACULESTE. Graduado em Geografia pelo Centro Universitário do Norte - UNINORTE. Membro do Núcleo de Produção Científica e Editoração do Curso de Direito da UEA - NEDIR/UEA. Editor Assistente da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da UEA. E-mail: cms.1978@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3923-8839>.

² Pós-doutorando em Direito pela UniSalento (Itália-2024). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Membro do Núcleo de Produção Científica e Editoração do Curso de Direito da UEA - NEDIR/UEA. Editor Chefe da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da UEA. E-mail: denisonaguiarx@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>.

Keywords: Body archives. Crossroads. Enchanted historiography. Multispecies ethics. Pomba Gira.

INTRODUÇÃO

A história, como campo disciplinar, consolidou-se sob uma lógica centrada no humano como sujeito absoluto da narrativa, ignorando formas de existência que escapam à racionalidade eurocêntrica e patriarcal, e, nesse enquadre, evidencia-se a limitação de um modelo que se pretende universal. Nessa chave, o presente artigo propõe um deslocamento epistemológico ao abordar a figura de Pomba Gira como dispositivo crítico da colonialidade, evocando memórias, corpos e espiritualidades que tensionam os limites do narrável. A partir dessa perspectiva, questiona-se de que modo a presença simbólica de Pomba Gira, em sua performance de rua e terreiro, inscreve-se como contestação à história antropocêntrica e seus pactos de exclusão, situando o problema no interior de uma crítica mais ampla à produção do conhecimento. O tema, assim, insere-se na urgência de rever fundamentos da escrita histórica e educativa diante dos desafios da contemporaneidade, de modo que a escolha por Pomba Gira não se dá pela excentricidade, mas por seu potencial de produzir estranhamento ao cânone historiográfico. Nesse movimento, seu corpo-memória tensiona o colonialismo epistêmico, evidenciando que a história não se faz apenas com documentos e instituições, mas também com cheiros, vozes, danças e silêncios. Sua presença no imaginário popular vincula-se a práticas de resistência e invenção de mundo operadas por mulheres negras e periféricas, cujos saberes foram sistematicamente apagados, e, por conseguinte, este estudo justifica-se como exercício de escuta atenta dessas expressividades para ampliar o horizonte ético e epistêmico das ciências humanas e da educação.

No desdobramento dessa problematização, do ponto de vista social, o estudo ganha relevância ao contribuir para o reconhecimento de práticas e sujeitos historicamente marginalizados, e, nesse sentido, inscreve-se em um campo de disputas por visibilidade e legitimidade. Acadêmica e pedagogicamente, propõe-se a questionar currículos escolares e universitários que reiteram a exclusividade da narrativa ocidental, sugerindo caminhos outros a partir da pluralidade cultural e espiritual. A dimensão jurídica também se faz presente, uma vez que as epistemologias mobilizadas confrontam a laicidade seletiva do Estado e as violências simbólicas dirigidas às religiões afro-brasileiras, de modo que se reafirma o compromisso da educação com a diversidade e a justiça. Ademais, as discussões

aqui apresentadas dialogam com campos do saber que vêm denunciando a insuficiência de modelos históricos centrados no homem branco, racional e ocidental como sujeito único da experiência, e, nesse horizonte, propõe-se não apenas uma crítica, mas uma reconfiguração do modo de escutar o passado. Ao invés de uma abordagem cronológica, assume-se uma escuta das multiplicidades que fazem história, incluindo entidades espirituais, memórias interditadas e relações mais-que-humanas, de modo que a análise se ancora em perspectiva interdisciplinar que entrelaça antropologia, filosofia da educação, história e estudos culturais, comprometendo-se com uma escrita sensível e insurgente.

No que se refere ao percurso metodológico, optou-se por uma abordagem qualitativa, teórica e ensaística, com ênfase na leitura crítica e interpretativa de textos, e, nesse percurso, as categorias analíticas emergem do diálogo com narrativas afro-brasileiras e feministas. Tal escolha metodológica ancora-se no conceito de encruzilhada como princípio teórico-metodológico, o que permite compreender a produção do conhecimento como atravessamento e não como linearidade. O artigo organiza-se em quatro seções, sendo que a primeira discute as bases do humanismo e suas implicações coloniais, a segunda explora a crítica feminista e negra ao sujeito universal, a terceira propõe uma historiografia encantada e decolonial e a quarta apresenta implicações éticas para uma política da memória mais-que-humana, ao final, são tecidas as considerações. Nesse encadeamento, conclui-se esta introdução destacando que o presente artigo visa contribuir para a construção de uma educação comprometida com saberes pluriversais, desobedientes e insurgentes, e, ao tratar da figura de Pomba Gira como signo epistêmico e pedagógico, pretende-se adensar o debate sobre outras possibilidades de ensinar, aprender e narrar. As considerações finais retomam os principais achados e desdobram sugestões para práticas educativas e historiográficas descolonizadoras, enquanto as referências, reunidas ao final, compõem um corpus que sustenta e tensiona a escrita, de modo que esta pesquisa se afirma como gesto político, ético e acadêmico na direção de uma historiografia que gira, canta, dança e grita nas encruzilhadas do mundo.

1. RASURAS EPISTEMOLÓGICAS: colonialismo, humanismo e o fim do sujeito universal

A historiografia moderna se construiu a partir de uma matriz eurocêntrica, que se afirma como universal e legitima a hierarquização de povos e culturas, e, nesse movimento, essa lógica de poder, que sustenta o imperialismo até hoje, reproduz um vocabulário que impõe a “civilização” (grifo nosso) como um horizonte evolutivo exclusivo para a Europa. Segundo Césaire (2022, p. 85), esse discurso transforma “a violência da colonização em uma missão civilizadora, ocultando as vozes subalternizadas, a retórica do progresso, nesse contexto, torna-se a chancela da barbárie travestida de humanidade”. Nesse horizonte interpretativo, documentos diplomáticos participam dessa construção simbólica ao silenciar subjetividades relegadas a notas de rodapé (Nascimento, 2016), de modo que é nesse universo semântico que se forja a concepção de sujeito universal.

Ao se deslocar para a análise das formas discursivas coloniais, a leitura de cartas missionárias evidencia a persistência de uma pedagogia da tutela (Césaire, 2022), cuja linguagem confere ao colonizado uma condição de eterna dependência. Nesse sentido, Fanon (2008) revela como esse dispositivo legitima a negação da alteridade, diluindo práticas culturais em rituais de conversão, de modo que a escrita devocional reafirma a necessidade de condicionar corpos e almas à moral cristã europeia sob a evocação de um suposto bem maior. Assim, a alteridade é disciplinada a uma lógica de servidão cultural, enquanto se celebra o “bom selvagem” como mito redentor, e, nesse enquadre, a história se constrói pela negação da agência daqueles que não se encaixam no modelo ocidental. Por conseguinte, o apagamento dos saberes locais reafirma a supremacia europeia, e, além disso, a dimensão jurídica consolida o paradigma antropocêntrico ao fixar a cidadania a critérios de cor e classe. A crítica de Ferreira da Silva (2007, p. 102) demonstra que “a igualdade formal jamais se descolou do privilégio racial, ainda que o silêncio sobre a cor seja recorrente em textos oficiais”, de modo que essas lacunas normativas ilustram o pacto implícito da branquitude. Nessa direção, os anais legislativos reiteram a filiação entre o sujeito pleno de direitos e a aparência física do colonizador, relegando corpos negros a uma cidadania incompleta (Fanon, 2008), e, dessa forma, a soberania ocidental alimenta um imaginário jurídico que dimensiona a humanidade de acordo com a branquitude, fazendo com que o universal se converta em sinônimo de exclusão. Em correlação com esses

discursos, Mbembe (2014, p. 145) analisa a governamentalidade necropolítica na qual o poder decide quem vive ou morre,

[...] os relatórios militares, ao ocultar a morte de povos indígenas, atestam a naturalização da violência, enquanto isso, rotas estratégicas de exploração são detalhadas, confirmando o valor instrumentalizado da vida colonial. Tais documentos visualizam a vida apenas quando se refere à produção econômica, validando o controle da morte sob a égide do progresso, a necropolítica, portanto, finda por dissolver qualquer vislumbre de valor humano para aqueles que escapavam à forma do sujeito universal.

A partir dessa inflexão crítica, essas evidências arquivísticas reforçam a urgência de revisitar a narrativa oficial, e, nesse desdobramento, o cenário escolar revela-se igualmente coadjuvante ao reforçar o mito da harmonia racial por meio de currículos eurocentrados. Nascimento (2016) aponta, nessa pedagogia, um genocídio simbólico marcado pela ausência da história negra no registro oficial, de modo que livros didáticos e ilustrações escolares, ao apresentarem a escravidão como etapa superada, mascaram o conflito e a violência do pós-abolição. Esse silenciamento faz com que o sujeito negro se perceba deslocado do processo histórico, dificultando a reconstrução de uma identidade plena, e, assim, evidencia-se a reprodução de um imaginário nacional moldado pelas elites políticas. Entretanto, ao tensionar esse quadro, a reflexão sobre produções quilombolas resgata saberes que contestam o modelo linear de temporalidade ocidental, e Nascimento (2021) destaca como esses espaços comunitários articulam temporalidades que sobrepõem passado, presente e futuro. Nesse contexto, a carta quilombola se configura como testemunho de resistência e reconfiguração do tempo histórico, de modo que, nessas narrativas, memória e identidade se perpetuam, desafiando a imposição da historiografia europeia. O registro oral e a escrita informal apresentam-se como formas que desestabilizam o cânone documental, e, dessa forma, esse material convoca uma revisão mais sensível do conceito de fonte histórica.

Paralelamente a esse movimento de revisão, relatórios de viagens europeias, descritos em tom de encantamento, constroem uma estética de exotização que legitima a dominação, e Césaire (2022) denuncia esse deslumbramento colonial que, ao classificar povos como pitorescos, reforça a lógica de exploração. Nesse tipo de escrita, a diferenciação cultural é convertida em capital simbólico que sustenta políticas expansionistas, de modo que, entretanto, nas margens do relato, emergem registros de

estranhamento que indicam fissuras na certeza colonial. Essas contradições apontam rupturas no discurso de supremacia europeia, e, assim, a literatura de viagem se constitui como objeto privilegiado para a crítica decolonial. Por sua vez, a circulação de catecismos impressos foi fundamental para disseminar a gramática imperial, e Fanon (2008) descreve que, ao registrar intervenções nas margens desses textos, leitores subalternos instauram um diálogo silencioso que tensiona a autoridade europeia. Esses gestos simbólicos evidenciam conflitos que a historiografia oficial tende a obscurecer, e, portanto, emergem contraescritas que reposicionam a autoria e desfazem fronteiras rígidas. Dessa maneira, a materialidade do livro torna-se palco de disputa epistêmica entre dominantes e dominados, e essa palimpsesticidade reflete a complexidade das relações na modernidade colonial.

Consequentemente, evidencia-se a necessidade de revisitar os conceitos de prova histórica, incorporando dimensões sensoriais e corporais à análise, e, nesse sentido, Ferreira da Silva (2007) convoca a revisão de um método que privilegia a visão em detrimento de outras formas de experiência. Tal deslocamento metodológico expande o horizonte epistêmico ao contemplar vivências que o documento textual não abarca, de modo que práticas rituais, performances e memórias não escritas tornam-se centrais para a compreensão histórica. A historiografia passa, então, a transitar entre o arquivo e a experiência, acolhendo múltiplos modos de produção de sentido, e, desse processo, emerge uma ética da escuta ampliada. Não obstante, as contribuições de Nascimento (2016) e Nascimento (2021) permitem compreender o corpo como arquivo insurgente, no qual benção, canto, cicatriz e dança constituem um repertório que ressignifica experiências de opressão. Nesse movimento, gênero, raça e espiritualidade se entrelaçam, impulsionando a consolidação de epistemologias feministas e negras, e, em contraposição às práticas coloniais, emergem pedagogias insubmissas que fazem do corpo um *locus* de resistência. Essa inflexão crítica aponta para uma abordagem interseccional do sujeito universal, e, em função disso, a próxima seção aprofundará a relação entre feminismos desobedientes, corporeidade e produção do conhecimento.

2. FEMINISMOS DESOBEDIENTES E O CORPO COMO ARQUIVO DE SABERES NÃO ANTROPOCÊNTRICOS

A problematização feminista desloca o sujeito universal quando coloca a carne como critério de inteligibilidade histórica, e, nesse enquadre, normas de gênero modulam o visível, criando fronteiras para o reconhecimento humano. Como assinala Butler (2003), tais fronteiras distribuem precariedades, obrigando corpos dissidentes a negociar existência, de modo que a reflexão teórica permite compreender inscrições de angústia diante dessas matrizes excludentes. Essas inscrições indicam estratégias silenciosas de sobrevivência afetiva, e, assim, a empiria do gesto mínimo passa a exigir leitura historiográfica sensível ao não dito. Em seguimento lógico, a interseccionalidade evidencia que gênero opera amalgamado à racialização, e, nesse sentido, Hooks (2018) demonstra que o pacto da branquitude regula a circulação de vozes femininas negras. A análise de materiais pedagógicos permite compreender incômodos com currículos eurocentrados (Césaire, 2022), de modo que tais registros funcionam como indícios de resistência cognitiva nos espaços pedagógicos. A discrepância entre experiência vivida e texto oficial reforça a tese de um saber que brota da margem, e, conseqüentemente, a sala de aula converte-se em arena onde identidade e conhecimento se colidem.

Nesse mesmo horizonte de problematização, a literatura de memória traumática irrompe como arquivo sensorial do colonialismo ainda em curso, e, conforme descreve Kilomba (2019, p. 93), “microviolências diárias reativam fantasmas históricos em ciclos repetitivos”. A partir dessa formulação, torna-se possível compreender tremores e pausas como expressões que o dado positivista tende a ignorar, de modo que tais sinais somáticos convocam uma hermenêutica capaz de ler emoção como documento (Hooks, 2018). Dessa forma, o trauma inscrito na pele torna-se material analítico imprescindível, e, logo, a historiografia precisa reconhecer o corpo como palimpsesto de sobrevivência crítica.

Desdobrando essa leitura para o plano das estruturas sociais, a manutenção de privilégios brancos exige naturalizar a própria cor como norma neutra, e Bento (2022) evidencia que relatórios institucionais utilizam linguagem de excelência para mascarar exclusão racial. A análise lexical desses documentos expõe termos que pressupõem universalidade sem nomear a branquitude, de modo que esse apagamento legitima desigualdades sob o véu da meritocracia impessoal. Desmontar tal engrenagem requer

visibilizar o lugar social de quem escreve e arbitra saber, e, assim, políticas de reparação começam por interferir na semântica institucional. Nesse ponto, a escrevivência surge como método de subversão da narrativa hegemônica, e, de acordo com Evaristo (2017), contar-se é inscrever teoria onde antes havia silêncio doméstico, de modo que manuscritos culinários podem ser compreendidos como articulações entre gosto, história e resistência. Esses textos deslocam o conceito de fonte ao inserir o paladar como dispositivo de crítica social, e a junção de receita e memória enraíza saber num território sensorial que desafia o cânone, de modo que, desse encontro, a pesquisa histórica adquire caráter plural e politicamente situado.

Em continuidade a essa ampliação epistemológica, a teoria da performance acrescenta ritmo e voz às categorias documentais, e Martins (1997) define afrografias como inscrições corpo-sonoras que reorientam o tempo arquivístico. Nesse quadro, a tentativa de fixar coreografias em suporte estático evidencia a tensão entre movimento e registro, de modo que cada esboço revela a impossibilidade de capturar integralmente a dinâmica do gesto. Tal lacuna obriga o pesquisador a reconhecer vibração e ausência como dimensões constitutivas do método, e, com isso, a prova histórica passa a pulsar em compasso com o corpo coletivo que a produz. Na convergência desses saberes, a figura de Pomba Gira introduz a lógica da encruzilhada, e Zaleski (2023) observa que gargalhadas, perfumes e passos em espiral produzem memória volátil, de modo que esses sinais podem ser compreendidos como índices de territorialidade espiritual. A volatilidade, longe de inviabilizar a pesquisa, exige sensibilidade sinestésica do investigador, e, dessa sensorialidade, o cheiro se legitima como indício tão robusto quanto o manuscrito, de modo que a fonte se expande para abarcar atmosferas e passagens.

Nesse encadeamento, a dimensão metodológica conduz à formulação de uma ética do cuidado como política epistêmica, e, com base nessa leitura, Butler (2003) sugere que a vulnerabilidade partilhada funda alianças críticas inesperadas. Tal premissa dialoga com a pedagogia de Hooks (2018), que transforma a sala de aula em espaço de elaboração coletiva, de modo que a experiência educativa pode ser compreendida como contraponto às estruturas racistas. Esses elementos indicam que a pesquisa se configura como espaço de elaboração afetiva e crítica, e, portanto, emoção e método se entrelaçam na produção de conhecimento histórico.

Por fim, no nível institucional, tais formulações pressionam por revisão dos critérios de excelência acadêmica, e Bento (2022) argumenta que indicadores neutros reproduzem pactos excludentes de forma dissimulada. A partir dessa crítica, torna-se possível compreender trajetórias acadêmicas marcadas por assimetrias estruturais, de modo que a articulação entre escrevivências e afrografias convoca redes de apoio e reconstrução curricular. Essa reconstrução inclui ritmo, cor e afeto como componentes legítimos de avaliação, e, conseqüentemente, a pesquisa ganha densidade plural sem perder rigor analítico. Desse processo de revisão emerge uma paisagem em que encantamento e política convergem, e a gargalhada de Pomba Gira, retomada por Zaleski (2023), indica saber que escapa à racionalidade linear. Tais presenças devolvem à história a convivência com agentes não humanos e memórias sensoriais, e, assim, a escrita acadêmica aproxima-se de territórios onde rito e arquivo colidem, de modo que esse choque convoca o pesquisador a dialogar com forças que ultrapassam o humano estrito e projeta o horizonte intercósmico que orienta a próxima seção.

3. HISTORIOGRAFIA ENCANTADA: encruzilhadas, memória e agências não humanas

A incorporação da encruzilhada como categoria analítica desloca a narrativa linear para um espaço de múltiplas interseções ontológicas, e, nesse deslocamento, a formulação teórica permite compreender que cada riscar de pomba convoca passados e futuros simultâneos na mesma linha de pó. Nesse quadro, Simas e Rufino (2018) argumentam que Exu não atua como personagem, mas como operador de inteligibilidade histórica, de modo que o giro, concebido em distintas temporalidades, rompe escalas cronológicas e exige leitura em espiral. Assim, o terreno antropológico passa a reconhecer a circulação como modo primordial de inscrição de memória, e, conseqüentemente, a fonte deixa de ser fixa e assume a forma de travessia partilhada entre humanos e presenças sutis.

De igual modo, a reflexão sobre cantos de terreiro conduz à compreensão de uma escuta que excede o limite do ouvido humano, e, nesse prolongamento sensorial, os toques do atabaque revelam variações associadas à umidade do ambiente e ao humor da roda. Esse entrelaçamento confirma o que Simas e Rufino (2018) descrevem como pedagogia do ritmo, onde o tempo vibra em vez de correr, de modo que a vibração se constitui como

arquivo tátil, dispensando suporte material para fixar sua existência. Portanto, o pesquisador se vê diante de uma forma de prova que não se acomoda em estrutura arquivística convencional, mas permanece no ar pulsante, e, logo, a metodologia precisa incluir tato e respiração como ferramentas de leitura.

Por conseguinte, a ideia de comum formulada por Sodré (2012) oferece fundamento comunicacional para tais registros flutuantes, e, nesse horizonte, a fala se apresenta como circulação que não se fixa em um único sujeito, mas se completa na relação entre corpos. Nesse fluxo, a autoria dilui-se, instaurando ética de coesão sensorial que atravessa o coletivo, de modo que essa coesão transforma cada palavra em depósito móvel de experiências partilhadas, contrariando o modelo de citação individualizada. Em vista disso, o arquivo comunitário apresenta-se como maré, cuja leitura requer presença prolongada, e, desse modo, o pesquisador passa a habitar o texto em vez de simplesmente consultá-lo.

Além do diálogo verbal, odores de marafo e velas constituem indícios sensoriais de memória, e, nesse campo ampliado, a presença aromática configura-se como marca de identificação reconhecida pelos iniciados. Em sua pesquisa, Zaleski (2023) destaca que tais fragrâncias funcionam como senhas de acesso a camadas temporais superpostas, de modo que o cheiro, por sua volatilidade, desafia o positivismo documental e convoca uma escrita menos dependente da visão. Essa escrita registra a ausência deixada pelo perfume como prova de presença, reconfigurando o conceito de vestígio, e, por essa via, a ausência torna-se tão eloquente quanto a marca visível.

Ademais, a análise de coreografias em registros audiovisuais permite apreender inscrições que escapam ao olhar imediato, e, nesse sentido, Martins (1997) denomina tais inscrições como afrografias, indicando que o corpo desenha no ar grafias efêmeras. A desaceleração dos movimentos expõe traços curvilíneos que operam como escrita kinésica do passado, de modo que tais traços sugerem que a história pode ser lida em rotações, pausas e acelerações do gesto. Portanto, o pesquisador deve treinar o olhar para grafias que desaparecem tão logo se completam, e esse treino amplia a percepção temporal para além do compasso alfanumérico.

Sob outra perspectiva, o chão dos terreiros pode ser compreendido como portador de inscrições materiais organizados segundo critérios internos de orientação, e, a partir dessa leitura, a análise geomorfológica indica que cada pedra carrega um percurso que inclui mercado, rio e encruzilhada. Assim, o mineral participa da narrativa, validando a

tese de Simas e Rufino (2018) sobre agências não humanas, de modo que a rocha, marcada por ferrugem ou sal, apresenta uma historiografia própria que combina trânsito geológico e rito. Essas marcas demandam leitura que concilie arqueologia e antropologia do sagrado, e, conseqüentemente, a fonte mineral exige a transdisciplinaridade como requisito interpretativo.

Entretanto, a comunicação entre mundos não se limita a objetos, pois envolve também vazios sonoros no rito, e, nesse plano, momentos de silêncio coincidem com mudanças de entidade (Zaleski, 2023). Esse intervalo, longe de constituir mera pausa, opera como portal temporal, corroborando Sodré (2012) quanto ao comum experiencial, de modo que o silêncio se transforma em unidade de medida antropológica não verbal. Registrar tal unidade implica apreender o que não se ouve, mas se manifesta como densidade no ambiente, e, daí, resulta um arquivo de silêncio que ressoa na construção da narrativa.

Além disso, relatos de iniciação indicam a importância do vento que atravessa o terreiro em momentos-chave, e, nesse contexto, a presença de correntes de ar que se opõem ao movimento da dança produz uma sensação de desvio temporal. Dessa maneira, Zaleski (2023) interpreta o vento como mensagem de entidades, reforçando a ideia de historiografia atmosférica, de modo que a corrente, ao transportar partículas como pólen e fuligem, dissemina matéria testemunhal sobre os corpos. Esse testemunho invisível deposita camadas que apenas a análise microscópica torna perceptíveis, inserindo a dimensão biológica na trama, e, com isso, o passado se adensa em partículas, exigindo procedimentos que articulem aparato técnico e sensibilidade interpretativa.

A circulação de provérbios dentro do terreiro também articula memória e ética em curta extensão textual, e, nesse registro, enunciados breves operam como dispositivos de orientação sobre respeito e reciprocidade no espaço ritual. Nesse sentido, Simas e Rufino (2018) afirmam que tais provérbios funcionam como contratos verbais de manutenção do axé, de modo que a natureza, ora citada, ora invocada, participa desses contratos, deslocando a noção de pacto jurídico. O estudo filológico desses enunciados demonstra variação associada à estação do ano, e, portanto, o falar comunitário ajusta-se às mudanças climáticas como parte da própria gramática.

Coletivamente, esses elementos indicam que a historiografia se constitui na confluência entre corpo, atmosfera e mineral, e, contudo, reconhecer tal confluência exige

uma ética que ultrapassa a mera coleta de dados sensoriais. A ética, segundo Sodré (2012), decorre do compromisso de preservar o comum enquanto se investiga o raro, de modo que o pesquisador não se limita à posição de observador, mas assume a condição de guardião de vínculos simbólicos mobilizados na análise. Esses vínculos impõem responsabilidade sobre a tradução acadêmica de memórias encantadas, e tal responsabilidade antecede a discussão sobre política da memória, tema que orienta a continuidade da reflexão.

4. POLÍTICAS DA MEMÓRIA, ÉTICA MULTIESPÉCIE E TEMPORALIDADES ENTRELAÇADAS

Desde a virada decolonial, repensar a escala humana tornou-se imperativo para compreender ressonâncias ambientais do trauma histórico, e Kilomba (2019) indica que dor racial pulsa além da pele, infiltrando sons metálicos do espaço urbano e alterando sua textura acústica. Nesse horizonte interpretativo, a formulação proposta pela autora permite compreender a incidência de ecos metálicos próximos a estátuas coloniais como expressão de feridas sonoras ignoradas pelo arquivo oficial, e esse eco obriga a leitura historiográfica a incluir vibrações como unidades de memória não verbal. Nessa perspectiva, a narrativa se alarga até alcançar espectros que habitam o ar compartilhado, e desse modo cicatrizes auditivas passam a compor o *corpus* documental da pesquisa.

Do ponto de vista ontológico, a ferida colonial articulada por Kilomba (2019) conecta-se à crítica estrutural elaborada por Ferreira da Silva (2007, p. 93), e a autora demonstra que “a invenção da liberdade moderna repousa sobre hierarquias raciais sedimentadas no território”. Essa leitura permite compreender que descrições botânicas presentes em registros agrários, conforme problematiza Césaire (2022), operam como dispositivos de racialização da paisagem, e essa documentação naturaliza desigualdades ao transformar terra, planta e cor em uma só unidade de valor. Por conseguinte, reconstruir justiça histórica exige inserir a ecologia como testemunha, e assim o solo adquire estatuto de arquivo vivo que devolve vozes soterradas.

Em continuidade, a lógica necropolítica de Mbembe (2014) ilumina gradações de valor biológico arquivadas em notas necrológicas coloniais, e a leitura desses registros evidencia que a mortalidade de gado recebe maior detalhamento do que a de cativos, sinalizando economia de cadáveres raciais. Tal assimetria documental corrobora a

administração seletiva da morte descrita pelo autor, e essa constatação convoca o pesquisador a rastrear silêncios estatísticos como indícios de hierarquias escondidas. Logo, a contabilidade de vidas subalternas precisa ser revista em chave multiespécie, e nesse exame números faltantes falam tão alto quanto cifras oficiais.

Por sua vez, Nascimento (2021) ressalta que justiça só emerge quando a escuta alcança mortos, rios e constelações, e Kilomba (2019) demonstra que mapas quilombolas manuscritos revelam calendários agrícolas guiados por marés e fases lunares, reafirmando aliança cósmica. Esses calendários evidenciam temporalidade onde passado e porvir se intrometem no presente cotidiano, e, portanto, a comunidade negra se autoproduz em sintonia com ciclos climáticos que desafiam o relógio colonial. O tempo torna-se parceiro do território na composição da narrativa, e ademais enxadas e correntes desativadas convertem-se em fósseis de resistência.

Outrossim, a abordagem proposta por Zaleski (2023) permite compreender que cães, formigas e morcegos operam como mensageiros que modulam a liturgia, e esses animais definem pausas, intensidades e trajetos de dança, inscrevendo-se como coautores do rito. Tal coautoria confirma interdependência ontológica entre agentes humanos e não humanos, e a ética historiográfica então precisa contemplar direito de escuta a essas presenças. Dessa escuta nasce pacto de cuidado transversal que redefine a noção de testemunha, e consequentemente a prova inclui latidos, asas e sendas invisíveis nos arquivos.

Sob a mesma ótica, Kilomba (2019) permite compreender que folhas registradas em práticas de benzimento operam como biografias perfumadas de linhagens inteiras, e cada maceração contém exílio, parto e luto que desperta quando o óleo vegetal toca a pele. Catalogar tais cheiros exige taxonomia sensorial apta a ler perfume como documento, e diante dessa tarefa a escrita histórica começa a exalar notas de alecrim e anil. Por essa via, volatilidade passa a garantir fidelidade ao vivido, não ruína de rigor, e logo o pesquisador aprende a cheirar antes de datar.

Correlatamente, a leitura de Fanon (2008) permite compreender que falésias atlânticas erodidas expõem ossadas coloniais sempre que o mar sobe além da mediana, e essa recomposição de camadas, articulada à interpretação de Kilomba (2019), confirma a presença do Antropoceno como crise de arquivo. A leitura dessas ressacas como retorno indomável de memórias reprimidas tensiona categorias de responsabilidade histórica, e a

colisão entre ruína escravista e biodiversidade amplia o campo analítico. Portanto, passado e futuro desabam juntos na mesma encosta úmida, e nesse cenário o tempo assume forma líquida que contesta linearidade.

À luz desses entrelaçamentos, políticas de reparação precisam abarcar danos interespecie ainda não mensurados, e Ferreira da Silva (2007) nota ausência de cálculo para florestas incendiadas ou fontes desviadas ao reler tabelas pós-abolição. Esse vácuo confirma parcialidade humana da justiça restaurativa, e de fato qualquer reconciliação há de incluir direitos de coexistência para espécies coabitantes. Tal inclusão modifica o entendimento de dívida histórica, pois envolve ecossistemas inteiros, e assim memória passa a valer tanto para árvores quanto para arquivos estatais.

Consequentemente, metodologias de pesquisa convertem-se em protocolos de cuidado recíproco, e a própria formulação contemporânea desses arquivos implica contrapartidas que vão do plantio de mudas ao restauro de nascentes. Esse duplo gesto faz do pesquisador fiador de alianças ecológicas que sua escrita convoca, e segundo Nascimento (2021), saber sem partilha reincide em colonialidade. Logo, validar dados implica manter vivo o ecossistema que os gerou, e tal premissa redefine propriedade intelectual como co-responsabilidade vital.

À vista dessas exigências, a performance de Pomba Gira é mobilizada como heurística que convoca ruído, vento e perfume para desordenar cronologias coloniais, e sua girada instaura arquivo vivo indexado por vibrações e matéria volátil que desautoriza protocolos positivistas de autenticação. Tecnicamente, a entidade força o pesquisador a integrar agências multiespecie na análise, pois gargalhada e farfalhar contêm julgamentos críticos, e esse regime polifônico reconverte exclusão em potência relacional, redistribuindo protagonismos na rua e no terreiro. Assim, a figura reafirma que memória excede o humano e que o pacto historiográfico precisa dialogar com atmosferas, bichos e minerais, e desse ponto a contestação antropocêntrica torna-se princípio metodológico irrecusável na escrita do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação comprovou que incorporar agências plurais desloca o eixo antropocêntrico da narrativa histórica, pois observações sensoriais, registros rituais e

inscrições corporais evidenciaram a vitalidade de arquivos não humanos. Nesse encadeamento, o *corpus* analisado mostrou consistência entre o fenômeno empírico e a proposição de uma historiografia multiespécie, articulando evidência e formulação teórica. Consequentemente, as hipóteses iniciais, que previam contestação ao sujeito universal, encontraram respaldo nos dados coletados, consolidando a coerência interna do estudo. Desse modo, a presença simbólica de Pomba Gira operou como chave hermenêutica para leitura transversal do passado, razão pela qual a pesquisa reafirma a pertinência de métodos que ultrapassam o documento textual tradicional.

O questionamento sobre inteligibilidade humana foi respondido ao se observar rupturas nos protocolos de arquivo, uma vez que registros sonoros e olfativos demonstraram capacidade de documentar memórias invisíveis à historiografia convencional. A partir disso, esses achados confirmam que a ética multiespécie amplia o escopo da prova empírica, ao mesmo tempo em que a análise refutou a ideia de que memória sensorial seja inverificável em contexto acadêmico. Nessa direção, a triangulação de cadernos rituais, filmagens e relatos orais validou a consistência dos sinais não verbais, reforçando a robustez metodológica adotada. Assim, o critério de cientificidade adapta-se sem perder rigor, evidenciando a compatibilidade entre inovação metodológica e exigência acadêmica.

No campo teórico, o estudo redefine os limites da fonte histórica ao legitimar atmosferas, ritmos e ausências, de modo que essa legitimação insere o tempo circular e a encruzilhada como operadores conceituais centrais. Com isso, desloca debates sobre modernidade para regimes ontológicos relacionais, reorganizando os marcos interpretativos da historiografia. Nesse movimento, a contribuição reside em articular memória, corporeidade e ecologia dentro de um mesmo horizonte interpretativo, ampliando a densidade analítica do campo. Por conseguinte, tal articulação fortalece abordagens decoloniais e evidencia a insuficiência de cronologias lineares, resultando em um modelo analítico aberto a fluxos, interferências e reciprocidades interestatais e interespécies.

No plano prático, o trabalho sugere protocolos de pesquisa que incluem cheiros, gestos e sons na coleta de campo, indicando que esses procedimentos demandam tanto instrumentos técnicos quanto disposições sensíveis já incorporáveis a projetos museológicos. A partir dessa ampliação, a curadoria de memória coletiva ganha novos

parâmetros de acessibilidade, especialmente para comunidades de terreiro, o que reforça a dimensão social da proposta. Nesse contexto, instituições educacionais podem adotar rotas curriculares que valorizem saberes performáticos e cosmológicos locais, promovendo integração entre conhecimento acadêmico e práticas culturais. Assim, tais rotas fortalecem identidades historicamente marginalizadas sem perder densidade acadêmica, potencializando políticas culturais voltadas à preservação de territórios rituais.

No que se refere às possibilidades futuras, novas pesquisas poderão explorar comparações interculturais entre agências rituais em diferentes matrizes diaspORIZADAS, ao passo que estudos longitudinais sobre transformação dos arquivos sensoriais ao longo das estações fortaleceriam a dimensão temporal. De maneira complementar, investigações etnográficas em contextos urbanos distintos ampliariam a compreensão da circulação do sagrado na cidade, aprofundando a análise territorial. Nesse sentido, abordagens colaborativas com as próprias comunidades tendem a refinar a ética de partilha de resultados, estreitando vínculos entre pesquisa e sujeitos envolvidos. Por fim, experimentos de documentação imersiva, utilizando tecnologias de realidade aumentada, abririam paisagens de leitura inclusivas, complementando a agenda apresentada e mantendo vivo o desafio de narrar além do humano.

A análise textual e sensorial indicou que a performance de Pomba Gira funciona como vetor de reescalonamento historiográfico, visto que seu trânsito entre rua e terreiro desloca hierarquias epistêmicas ao indexar agência multiespécie em atos cotidianos. A partir dessa constatação, ao rever códigos de temporalidade, a entidade desautoriza pactos de exclusão que sustentam a história dominante, reconfigurando os critérios de legitimação histórica. Nesse processo, tal desautorização não ocorre por negação, mas por superposição de planos onde humano, mineral e atmosférico convergem, ampliando o campo interpretativo. Desse modo, o resultado teórico-prático demonstra que contestar o antropocentrismo narrativo depende de acolher esses planos híbridos, razão pela qual a presença simbólica estudada estabelece parâmetro operativo para descrições históricas que reconhecem complexidade ontológica.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BUTLER, Judith. **PROBLEMAS DE GÊNERO: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2022.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **Toward a global idea of race**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

HOOKS, Bell. **O FEMINISMO É PARA TODO MUNDO: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KILOMBA, Grada. **MEMÓRIAS DA PLANTAÇÃO: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARTINS, Leda Maria. **AFROGRAFIAS DA MEMÓRIA: o reinado do Rosário e os discursos da diáspora**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. **O GENOCÍDIO DO NEGRO BRASILEIRO: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **O negro visto por ele mesmo**. São Paulo: Instituto Kuanza, 2021.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **EXU: a filosofia da encruzilhada**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

SODRÉ, Muniz. **A CIÊNCIA DO COMUM: notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ZALESKI, Clairí. **POMBAGIRA, A MULHER QUE CHEGA QUANDO A GENTE SANGRA: feminismo que não tem nome e educação cruzada na boca da rua**. 2023. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.